

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.577.261 - PE (2019/0263594-5)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
AGRAVADO : VERA LUCIA MILET MORAIS PINHEIRO
AGRAVADO : VANDA MARIA GOMES DE LUCENA
AGRAVADO : THEREZA MARIA DE CASTRO PAES BARRETO
AGRAVADO : PIERRE LUCENA RABONI
AGRAVADO : PETRONILO MARIA DE SANTA CRUZ OLIVEIRA
AGRAVADO : PAULO CEZAR VIDAL CARNEIRO DE ALBUQUERQUE
AGRAVADO : MARILENE MELO DE ALMEIDA
AGRAVADO : MARIA INEZ BARRETO CAMPELLO CARVALHEIRA
AGRAVADO : MARIA DE JESUS DE BRITTO LEITE
AGRAVADO : LUIZ GONZAGA PEREIRA LEAL
AGRAVADO : JOSEFA GOMES DA CRUZ
AGRAVADO : JOSE NICOLAU DE MELLO CHEQUER
AGRAVADO : JOAO LOPES DA CRUZ NETO
AGRAVADO : JOAO CARLOS BELO DA FONTE
AGRAVADO : HELOISA RAMOS LACERDA DE MELO
AGRAVADO : GILSON MIRANDA GONCALVES
AGRAVADO : GENARO BATISTA DA SILVA
AGRAVADO : EDLA DE ARAÚJO LIRA SOARES
AGRAVADO : CLAUDIO MOURA LACERDA DE MELO
AGRAVADO : ABRAAO JUVENCIO DE ARAUJO
ADVOGADOS : JEFFERSON LEMOS CALAÇA - PE012873
SÍLVIA MÁRCIA NOGUEIRA - PE008779
THEOBALDO PIRES FERREIRA DE AZEVEDO - PE024172
JOSE LUIS WAGNER - PE047516

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial apresentado por UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO contra decisão que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial, considerando: Súmula 83/STJ.

Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar especificamente o referido fundamento.

Como é cediço, não se conhece do agravo em recurso especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

A propósito, confira-se este julgado:

Superior Tribunal de Justiça

PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO QUE INADMITIU O AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA. IMPOSSIBILIDADE. CONCESSÃO DE SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.

1. A ausência de impugnação de todos os fundamentos da decisão que inadmitiu o recurso especial obsta o conhecimento do agravo, nos termos do art. 932, III, CPC de 2015, art. 253, parágrafo único, I, do RISTJ e da Súmula 182 do STJ, aplicável por analogia.

2. Incabível a execução provisória da pena imposta a réu ao qual concedida a suspensão condicional da pena. Precedentes.

3. Agravo regimental improvido e indeferido o pedido de execução provisória da pena. (AgRg no AREsp n. 1.193.328/GO, relator Ministro Nefi Cordeiro, Sexta Turma, DJe de 11/5/2018.)

Nesse sentido, vejam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp n. 880.709/PR, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 17/6/2016; AgRg no AREsp n. 575.696/MG, relator Ministro Paulo de Tarso Sanseverino, Terceira Turma, DJe de 13/5/2016; AgRg no AREsp n. 825.588/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 12/4/2016; AgRg no AREsp n. 809.829/ES, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 29/6/2016; e AgRg no AREsp n. 905.869/ES, relatora Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Sexta Turma, DJe de 14/6/2016.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V, c.c. o art. 253, parágrafo único, inciso I, ambos do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de setembro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente